

MEMÓRIAS DE PEDRA E REDES HETEROGÊNEAS: OS MONUMENTOS NA NATAL REPUBLICANA

(1909-1922)

Diego Souza de Paiva¹

Resumo

Levando-se em consideração que a intenção mais ampla do presente ST é a de discutir as possibilidades de uso de documentos e de aportes teórico-metodológicos para pensar memórias e identidades inscritas no espaço da cidade, acreditamos que nossa proposta de trabalho dissertativo possa se enquadrar nesse universo proposto de discussões. De uma forma geral, explorando uma perspectiva teórica que dialoga com a sociologia de Gabriel Tarde e com os pressupostos da *teoria ator-rede*, a proposta do trabalho é tomar os monumentos que marcam o espaço do “centro histórico” da cidade do Natal - erigidos no início do século XX -, para pensar de que forma eles plasmam nos espaços que constroem uma memória e uma identidade republicanas.

Considerações preliminares

Tentemos delimitar nossas intenções mais específicas em relação a esse texto. Como estabelecemos no nosso resumo, a intenção é propor um diálogo entre alguns princípios teóricos que, partindo da sociologia de Gabriel Tarde, nos levam a pressupostos do que é conhecido como *teoria ator-rede*, e a proposta, propriamente, do nosso trabalho (que se constitui num projeto de mestrado), que é tomar os monumentos que marcam o espaço do “centro histórico” da cidade do Natal - erigidos no início do século XX -, para pensar de que forma eles plasmam nos espaços que constroem uma memória e uma identidade republicanas. Todavia, o andamento das nossas pesquisas, e

¹ Graduado, licenciatura plena e bacharelado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestrando do programa de Pós-Graduação em História e Espaço pela mesma instituição. domdiegosouza@hotmail.com

talvez justamente por estar centrada nessa orientação teórica, nos levou a eleger um único monumento como objeto privilegiado de nossas discussões. O monumento em questão, situado numa das principais praças do centro histórico da cidade, é o Obelisco comemorativo da Revolução Pernambucana de 1817 e que homenageia os próceres norte-rio-grandenses que tomam parte nessa revolução, Frei Miguelinho e André de Albuquerque. Além do que, as dimensões reduzidas desse artigo nos levaram a dar uma maior ênfase à discussão teórica em detrimento da parte onde exploraríamos mais as suas implicações no que concerne à nossa pesquisa.

Assim, nossas pretensões nesse artigo, tentando nos adequar da melhor forma possível e inteligível às suas reduzidas dimensões, será, depois de fornecer algumas informações sobre o nosso objeto, indicar brevemente os elementos essenciais daquilo a que nos referimos como princípios teóricos com os quais pretendemos dialogar, e nesse caminho, tentar pensar nas implicações desse diálogo para a forma como enxergamos e pretendemos trabalhar nessa nossa pesquisa.

Nosso objeto

No sítio elevado onde, no crepúsculo do século XVI, a cidade de Natal foi oficialmente fundada, e desde o final do século XIX, oficializado como Praça André de Albuquerque, ergue-se num ponto de destaque um obelisco de 5,10 metros de altura sob um pedestal de pedra lavrada. Esse monumento foi inaugurado, sob a iniciativa do IHGRN, no dia 12 de junho de 1917, como ponto alto das comemorações do centenário da Revolução de Pernambuco de 1817 e, particularmente, do fuzilamento de Frei Miguelinho.

O monumento pretendia imortalizar a lembrança dos próceres norte-rio-grandenses que estavam relacionados ao movimento de 1817: André de Albuquerque, responsável pela instauração do governo provisório na província; e Frei Miguelinho, figura de destaque na deflagração e instalação da revolução em Pernambuco e que, condenado pelo conde dos Arcos num julgamento que entrou para a história do movimento revolucionário, foi fuzilado no Campo de Pólvora em Salvador, na Bahia, no dia 12 de junho de 1817.

Sob a iniciativa do IHGRN (que também foi responsável por todas as comemorações), o obelisco constituiu projeto do engenheiro Willy Fischer e teve sua construção sob a responsabilidade do arquiteto e construtor italiano Miguel Micussi. Em suas quatro faces, quatro medalhões de bronze (88x65 cm): Naquele frontal à matriz, inscrições em latim dedicadas a Frei Miguelinho e André de Albuquerque; à direita, o escudo de armas do Estado do Rio Grande do Norte; do lado oposto à matriz, inscrições em latim que fazem referência ao ano de 1597, quando aportou ali a expedição portuguesa, que oficializaria a posse da terra pela Coroa Ibérica com a fundação da cidade em 1599; e no último medalhão, as bandeiras da revolução de 1817 e da república brasileira entrelaçadas por uma legenda que une os dias de 6 de março de 1817 (dia da Revolução Pernambucana) ao de 15 de novembro de 1889².

Essas seriam então as informações mais essenciais com as quais gostaríamos de começar as nossas discussões e, embora ainda meramente indicativas, são suficiente como referências. Mas para que possamos adentrar nas nossas discussões e introduzir os conceitos com os quais pretendemos trabalhar, gostaríamos de propor, como caminho, a apreciação de um artigo publicado por Ulpiano Bezerra de Menezes, sobre a “visualidade”³.

Sobre visualidade e redes heterogêneas

No artigo em questão, temos a nossa atenção chamada para a necessidade de um certo deslocamento de olhar do historiador do campo das fontes visuais para aquele da “visualidade”, como objeto detentor de sua própria historicidade. Ou seja, sua intenção nesse artigo de balanços e propostas é a de demonstrar a relevância de se tomar a visualidade como uma dimensão da vida e dos processos sociais.

De uma forma geral, seu balanço da produção no campo das artes se estabelece a partir dos seguintes pontos: identificar as limitações do que seria uma abordagem “sociológica” da arte; e chamar a atenção para o fato de que a disciplina histórica vem

² Todas as informações aqui foram colhidas da Revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte no número comemorativo de 1917 (RIHGRN. N. 1 e 2. V. XVI. Ano 1917).

³ O artigo em questão é: MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares*. Revista Brasileira de História. v. 23, n. 45. São Paulo jul, 2003. As considerações que aqui expomos sobre esse texto de Ulpiano, foram retiradas de um outro artigo meu que pretendo publicar em breve, intitulado “Da visualidade às redes heterogêneas: Reflexões preliminares”.

passando ao largo das discussões desenvolvidas no campo das fontes visuais e da visualidade. Concomitante a isso, suas propostas se estabelecem no sentido de se problematizar a visualidade, se aproximando mais do que seria uma Antropologia do visual.

Dessa proposta de discussão de Ulpiano dois pontos particularmente nos interessam; Sua crítica de uma abordagem “sociológica” da arte, em relação à qual ele procura identificar os limites; e sua proposta de pensar nos termos de uma antropologia do visual.

Assim, um primeiro momento do artigo em questão que podemos destacar é quando em seu balanço da investigação acadêmica sobre a arte ele se remete ao campo do que seria uma “História Social da Arte”, que estaria implicada, essencialmente, numa idéia de “Sociologia da Arte”. Segundo Ulpiano, uma vez que não leva em consideração, efetivamente, a “natureza social do fenômeno artístico”, essa concepção sociológica acabaria se perdendo na “busca equivocada e estéril de correlações entre uma esfera artística e outra, social (se valendo de noções como a de reflexo, causalidade linear ou multilinear, homologias, co-variação, etc.), o que induziria, de certa forma, “a excluir a arte do social e, portanto, do histórico”. Além do que, partindo dessa distinção entre esfera artística e esfera social, essa “Sociologia Visual” acabaria por estabelecer distinções que se organizariam hierarquicamente levando em consideração tão somente a proximidade com aqueles temas que são tradicionalmente tomados como sociológicos.

Para ele, por fim, caminhar nos trilhos de uma História Social da Arte, nos conduziria aos mesmos “descaminhos” de outras disciplinas históricas, como a História da Ciência ou da Técnica, que fazem sempre o mesmo movimento de uma análise interna a uma análise externa, isto é, do objeto a um contexto histórico pré-formado que responderia pela explicação, “como se não fosse obrigação do historiador precisamente construir o que vem aí chamado de ‘contexto’”.

Vamos agora pensar um pouco sobre as considerações de Ulpiano. A princípio nos coloquemos a tarefa de identificar a noção de “social” que está subjacente às suas críticas.

A concepção de “social” que expressa seus limites no que foi identificado por Ulpiano como o campo da História Social da Arte, provem essencialmente da sociologia

que funda suas bases no pensamento de Emile Durkheim; e para que possamos entender um pouco desse pensamento, temos que atentar para um ponto fundamental: Para Durkheim, no século XIX, a separação entre sujeito e objeto era condição básica para que o fato social fosse pensado como *coisa* (semelhantemente às ciências naturais de então quando analisavam os fenômenos naturais); ou seja, para que a sociologia se firmasse como científica, era necessário considerar os “fatos sociais” destituídos de interpretações subjetivas, para que o sociólogo pudesse analisá-lo como se estivesse apartado dos mesmos⁴. O “social” torna-se assim uma entidade essencializada, metafísica (objeto sem sujeito), uma *coisa* externa passível de ser analisada pelo cientista social.

Segundo o historiador François Dosse, é com a sociologia durkheimiana que se funda a “construção de uma física do social, de uma sociedade vista como uma coisa cujos sistemas de causalidade pertence ao sábio encontrar” (Dosse, 2003; 68); e nesse sentido, os princípios dos sociólogos durkheimianos vão se basear num “objetivismo do método que, em nome do necessário recorte erudito apóia-se na superação da subjetividade do pesquisador” (Dosse, 2003; 69).

Será então esse Social com “S” maiúsculo, essencializado, tomado como uma categoria *a priori*, que vai embasar, como acreditamos, a perspectiva sociológica tão criticada pelo professor Ulpiano – como já pudemos observar. Um social que pretende responder por uma espécie de contexto que seria a base para explicação de outras dimensões da realidade, como a técnica, a arte, a ciência etc.⁵

Gabriel Tarde e a “sociologia das associações”

Mas embora a física social tenha estabelecido de forma bastante sólida as suas bases e tenha se tornado, em certa medida o que Bruno Latour, usando um termo da

⁴ CHAUI, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. pp. 31-32

⁵ Levando isso em consideração, podemos entender claramente porque as críticas de Ulpiano incidem sobre o campo da História Social, uma vez que temos em conta que essa tem sua base teórica, precisamente, nessa “Sociologia”, afinal de contas, foi o artigo do sociólogo durkheimiano, François Simiand, famoso por atacar o que seriam os três ídolos da história, que se tornou a matriz teórica dos *Annales* – que, inclusive, republicam o artigo em sua revista (Dosse, 2003; 70).

cibernética, denomina de *caixa-preta*⁶, ou seja, um *fato*, algo que não é discutido, mas sim tomado de forma subtendida, existiram e existem outras maneiras de se trabalhar com o “social”, de redefinir o “social” – e talvez essa seja uma redefinição necessária. Peço-vos licença para agora, brevemente, como é o nosso propósito, convocar algumas das idéias daquele que teria sido o mais filósofo dos sociólogos ou o mais sociólogo dos filósofos, justamente num momento em que a sociologia dita científica procurava se apartar da filosofia (Tarde, 2007; 11), refiro-me aqui a Gabriel Tarde.

Jurista de formação e profissão, filósofo, sociólogo e poeta francês, Tarde viveu entre 1843 e 1904. Se atentarmos para o seu período de vida, vamos nos dar conta de que ele foi contemporâneo de Durkheim (1858-1917). Na verdade, quando este estava iniciando sua carreira acadêmica, Tarde, cuja obra era difundida e comentada, já gozava de notoriedade no meio acadêmico, sendo nomeado membro do *Collège de France* e assumindo a cadeira de filosofia moderna. Como este não se dava muito com a lógica da sociologia positivista de então, era sua intenção se valer de sua posição institucional para fixar os limites de sua própria sociologia. Contudo, suas intenções não lograram êxito, e será de fato o jovem Durkheim “quem irá fundar, na Universidade de Montpellier, o primeiro espaço acadêmico dedicado ao estudo sociológico” (Themudo, 2002; 17). Depois desse momento, da difusão e consolidação da sociologia durkheimiana, a obra e as idéias de Gabriel Tarde vão perdendo cada vez mais fôlego e vão sendo esquecidas⁷.

Seria interessante tentar levantar questões nesse momento sobre as razões que levam algumas idéias a “vingarem” em detrimento de outras. Talvez pudéssemos propor que as idéias de Durkheim estavam mais bem adaptadas ao universo da ciência positiva do século XIX, estando em melhores condições, portanto, de estabelecer conexões⁸; mas não vamos nos deter nesse âmbito de discussão, pois o nosso interesse aqui é apresentar

⁶ “A expressão *caixa-preta* é usada na cibernética sempre que uma máquina ou um conjunto de comandos se revela complexo demais. Em seu lugar, é desenhada uma caixa preta, a respeito da qual não é preciso saber nada, senão o que nela entra e o que dela sai (Latour, 2000; 14).

⁷ A consolidação da lógica durkheimiana no campo da sociologia e o concomitante esquecimento das idéias de Tarde podem ser atestados, por exemplo, quando tomamos um livro introdutório sobre Sociologia e nele não encontramos nenhuma referência à obra de Tarde. Ver: MARINS, Carlos Benedito. *O que é Sociologia*.

⁸ Para uma discussão sobre o estabelecimento da sociologia moderna ver: MUCCHIELLE, Laurent *O nascimento da sociologia na universidade francesa (1880-1914)* CNRS – *Revue d’Histoire des sciences humaines*; RIBEIRO, Maria Thereza Rosa. *Vargas, Eduardo Viana. Antes Tarde do que nunca. Gabriel Tarde e a emergência das ciências sociais*; e VARGAS, Eduardo Viana. *A microsociologia de Gabriel Tarde*.

uma proposta de se pensar o social a partir das idéias de Tarde, para que não precisemos mais tomar “o social” de Durkheim (implicitamente criticado pelo professor Ulpinao), como um dado óbvio, “apriorístico”, que anteceda às relações que o definem.

Como nos apresentam Deleuze-Guatari, Gabriel Tarde é o responsável pela elaboração de uma teoria sociológica particular que se afasta de forma significativa das bases tradicionais da sociologia durkheimiana, e isso basicamente no seguinte sentido: Se para Durkheim o objeto privilegiado são as grandes “representações coletivas”, frutos de uma “consciência coletiva”; para Tarde, o objeto privilegiado seria justamente o que essa “consciência” pressupõe sem explicar, isto é, a similitude de muitos indivíduos. Assim, ao invés de vincular ou derivar o estudo do social das grandes representações coletivas, Tarde prefere investigar as pequenas engrenagens que compõem esse social (através das pequenas imitações, oposições e invenções), e será justamente através dessa dinâmica “microsocial” – numa espécie de caminho inverso – que ele vai introduzir o problema da subjetividade no campo das preocupações sociológicas.

O que Tarde reprovara em Durkheim era justamente a tentativa de criar um estudo sobre o social baseado em um tipo de “mitomania” metafísica ao falar de “consciência coletiva” ou “alma de grupo”, sem que se pudesse interrogar sobre a *materialidade* e sobre a precisão de tais conceitos. Espécie de autor anônimo e abstrato, todo organizador à forma de um Deus cartesiano, que se desdobraria coercivamente sobre os comportamentos subjetivos. É como se as relações sociais independessem de cada um dos relacionados [...] o que há para Tarde são *subjetividades em relação*, em sobreposição, *agenciadas*, relacionadas, de maneira específica. O que será de extrema importância é, justamente, a necessidade de precisar essa lógica relacional das subjetividades; lógica escorregadia, imprecisa, que traz, como diz Tarde, o ilógico em seu coração (*grifos meus*). (Themudo, 2002; 08).

A grande questão então é que, diferentemente de Durkheim, pra quem o social era uma realidade *sui generes* (o que acabou acarretando os problemas identificados por Ulpiano), para Tarde, a palavra “social” tem um significado peculiar, uma vez que não corresponderia a uma dimensão específica da realidade ou uma espécie de zona ontológica particular reservada unicamente aos homens, mas o social designaria sim toda e qualquer espécie de “associação”, deixando dessa forma de ser pensado como *substancia* para ser pensando sempre como *relação* (Tarde, 2007; 21).

Se o social pode ser tomado como aquilo que envolve todo tipo de associação (que leva em conta não só a relação entre homens, mas também entre homens e coisas), não precisamos mais nos perder no que Ulpiano chamou de “busca equivocada e estéril de correlações entre uma esfera artística e outra, social”, e podemos agora sim entender o que ele chama de uma “natureza social do fenômeno artístico”; Ou seja, a arte, uma vez que é relação, é social.

É, em certa medida, dentro dessa perspectiva que pretendemos tomar ou entender o monumento como objeto na construção de memória. Não é nossa intenção pensar a construção da memória como efeito colateral ou conseqüência de algum “social” que a preceda, mas entender que a construção da memória é causa e ao mesmo tempo efeito da definição desse “social”, que a construção da memória é um fenômeno social, e nesse sentido, nossa análise se processaria no sentido de investigar uma dada “lógica relacional”, isso é, as associações que são feitas para se instituir uma dada memória.

Como nos inspira Tarde, não queremos nos valer de categorias explicativas que pressupõem uma dada coerência e essencialidade (que não seja tão só e exclusivamente uma “consciência coletiva”, mas também categorias da tradição marxista como “classe”, “elite”, “Estado”), mas sim pensar nas práticas que procuram criar e garantir coerências, identificações, solidariedades. O “governo republicano”, por exemplo, não precede nem pode preceder em essências às práticas e idéias que o constroem. É na instituição de uma história nacional, dos limites do território nacional, na criação de um panteão de heróis que encarnem seus ideais, na promoção de instituições oficiais, como o Instituto Histórico (que também se constitui e se afirma nas suas práticas e produções), na elaboração de rituais específicos que atuam no sentido de compor ou recompor sociabilidades, que o governo, na verdade, se define, se afirma, se legitima, se constrói –

e essa construção em hipótese alguma é independente das coisas e dos afetos que mobiliza.

Para dar um exemplo no nosso campo de atuação, uma parcela da produção historiográfica sobre o início do período republicano, referindo-me aqui, sobretudo, aos trabalhos que tomam a o regime republicano no Estado do Rio Grande do Norte, sejam eles de uma orientação sociológica mais notadamente marxista, ou aqueles orientados numa perspectiva mais propriamente historiográfica pelos trabalhos do historiador José Murilo de Carvalho⁹, tendem a observar as práticas do início do regime republicano, sempre associadas aos domínios do que seria a oligarquia Albuquerque Maranhão, como práticas essencialmente ideológicas cujo único fim, ao que parece, era a manutenção e legitimação de uma dominação de classe. Na nossa opinião, essas categorias (sobretudo a de “ideologia”), na verdade pouco explicam. Tomar o nosso obelisco e todos os elementos a ele associados como meros instrumentos de poder, de um discurso que pretende apenas escamotear a realidade “verdadeira”, que seria no caso a da opressão e exploração de um “povo” (cuja definição, inclusive, é muito mais imprecisa do que a de “elite”), é esvaziar a complexidade de um processo histórico que, não necessariamente, precisa eleger mocinhos e bandidos.

Por isso, nossa proposta é pensar nas redes de associações que podem ser estabelecidas para que possamos elaborar uma proposta interpretativa desse processo de construção de memória que consideramos a partir do nosso monumento.

Mas a idéia de uma “sociologia das associações” vai nos levar também ao segundo momento da nossa proposta teórica nesse artigo, aquele que fala da teoria ator-rede e das redes heterogêneas.

Os Estudos da Ciência e Tecnologia: teoria ator-rede e redes-heterogêneas

Nesse momento das nossas reflexões, antes de retomar o artigo de Ulpiano, gostaríamos de fazer algumas considerações sobre um ramo, ou campo da história para o qual essa perspectiva tardeana do social é de muita relevância, e que vai nos ajudar,

⁹ Refiro-me mais especificamente aos trabalhos que se inspiram na postura teórica expressa por carvalho em seu livro referencial “A Formação das Almas”.

inclusive, a pensar no texto de Ulpiano. Refiro-me aqui ao campo dos Estudos da Ciência e Tecnologia (ETC).

Não estou certo se vão poder recordar, mas num dos momentos iniciais desse texto, no qual destacamos as críticas de Ulpiano à idéia de uma “História Social da Arte”, nos referimos ao que ele considerava “descaminhos” comuns de disciplinas como História da Ciência ou da Técnica, que faziam o movimento de uma análise interna a uma análise externa, ou seja, à idéia de “contexto”¹⁰. Pois bem, no campo contemporâneo dos estudos sobre ciência e tecnologia a idéia de uma sociologia que seja sinônimo de associação, e não de “contexto”, é de fundamental importância para superar esses “descaminhos” e elaborar novos pressupostos. Entre esses novos pressupostos poderíamos falar da idéia de “redes” (algo semelhante à idéia de “rizoma” elaborada por Deleuze e Guattari); ou seja, se não partirmos de hierarquias *a priori*, se faz necessário compor e considerar uma realidade de “redes de relações”, de associações. Um outro pressuposto derivaria desse primeiro: se na nossa sociologia levamos em conta todo tipo de associações, devemos não só considerar os homens, mas também os objetos (os “não-humanos”), e é nesse sentido que esses estudos se utilizam do termo “redes heterogêneas”.¹¹ A idéia de uma sociologia das associações que nos leva a uma noção de redes heterogêneas, nos encaminha, por conseguinte, para uma análise que invariavelmente considera o poder de “atuante” dos elementos que compõe essa rede (sejam eles “humanos” ou “não-humanos”) (2009); ou seja, o objeto é também atuante, também é agente.

Nosso monumento, portanto, é um ator, um agente, mas sua agência só faz sentido se for considerada dentro de uma rede de relações que a determina e que ao mesmo tempo é afetada por ela. Isso seria, em termos gerais, o que o antropólogo Bruno Latour chama de “ator-rede”; o que nos remeter a uma importante relação entre objeto e o seu “contexto”: ou seja; o objeto não é reflexo, mera expressão do contexto, mas é fato, é agente, é o próprio contexto, é um ator que integra uma rede de atores, e só mostra sua singularidade na medida em que é a partir dele que resolvemos (por opção

¹⁰ Na abordagem do que veio a se chamar “Teoria Ator-Rede”, desenvolvida por Michel Callon, Bruno Latour e John Law, temos precisamente uma ruptura tanto com a crença de que os fatos científicos sejam metodologicamente justificados (visão internalista da ciência) quanto com a crença de que os fatos científicos possam ser socialmente causados (visão externalista da ciência). (2009; 387).

¹¹ LAW, John. *Notas sobre a Teoria Ator-Rede: Ordenamento, Estratégia e Heterogeneidade*. Tradução e reprodução Fernando Manso.

deliberada), enxergar e compor determinada rede de relações, uma vez que resolvemos olhar em perspectiva a partir dele.

Vamos agora retomar o texto de Ulpiano, em particular um trecho que nos vem muito a propósito nesse momento. Depois de afirmar que alguns estudos no campo da História da Arte vem levando em consideração a problemática da produção e circulação dos objetos, embora estejam ainda muito atrelados às diretrizes das teorias literárias da recepção, nos diz:

Porém, de muito mais amplas conseqüências para nossos objetivos do que as teorias da recepção são as propostas que começaram a surgir há já quase duas décadas, de *incluir a materialidade das representações visuais no horizonte dessas preocupações e entender as imagens como coisas que participam das relações sociais e, mais que isso, como práticas materiais. (grifos meus).*

Atentemos para os termos: *incluir a materialidade, entender as imagens como coisas que participam das relações sociais*, entender imagens *como práticas materiais*. Bom, embora não tenhamos encontrado nenhuma referência dos Estudos da Ciência e da Tecnologia (ETC), nem muito menos nenhuma alusão a Gabriel Tarde nas referências do professor Menezes, acreditamos que as preocupações aqui são bastante semelhantes.

Em outro momento de seu texto, quando fala das contribuições de uma perspectiva que se aproximaria do que seria uma Antropologia do visual, chega a nos dizer que:

Dentre [suas] contribuições recentes que mais nos interessam (...), está a procura de trilhas para o entendimento da *arte como agency*, em sua capacidade de provocar efeitos, produzir e sustentar formas de sociabilidade [...] (*grifo meu*).

Assim, ao defender a imagem como *coisa*, como *fato* que participa da relação social nos termos de *agente* (entendido na sua capacidade de causar efeito), Ulpiano coaduna com a fina idéia de “agenciamento material”, que só é possível dentro de “redes heterogêneas” que, por sua vez, precisam pressupor uma “sociologia das associações”. Aqui, portanto, a proposta da visualidade encontra apoio, nesse amplo campo de discussões teóricas que vem sendo desenvolvidas no seio dos Estudos da Ciência e da Tecnologia; e é, partindo justamente dessas orientações, que pretendemos desenvolver o nosso trabalho que, a partir do obelisco aos próceres de 1817, intenta discutir os elementos que foram mobilizados para a construção dessa memória.

Considerações finais

Ao fim desse nosso breve artigo, esperamos ter obtido êxito nessa breve, mas árdua tarefa de condensar discussões teóricas tão relevantes e cujos limites das implicações não conseguimos enxergar. Contudo, esperamos que, ao menos de forma indicativa, que é o que o espaço nos permite, tenhamos conseguido cumprir nosso objetivo principal, que era o de apresentar uma nova perspectiva teórica e pensar um pouco nas suas implicações em relação à nossa proposta de trabalho. Se a indicação dessas reflexões causaram ao menos curiosidade, então o trabalho já valeu a pena!

Referências Bibliográficas

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAUI, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção primeiros passos; 13).

DOSSE, François. *A história*. Tradução Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru-SP: EDUSC, 2003.

FREIRE, Leticia de Luna. *Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica*. *Comum*. Rio de Janeiro. v. 11 n. 26. P. 46-65. Janeiro-junho, 2006.

LAW, John. *Notas sobre a Teoria Ator-Rede: Ordenamento, Estratégia e Heterogeneidade*. Tradução e reprodução Fernando Manso. LAW, John. *Notes on the Theory of the Actor Network: Ordering, Strategy and Heterogeneity*. [1992] Published by the Centre for Science Studies, Lancaster University. Lancaster LA1 4YN. Disponível em <<http://www.lancs.ac.uk/fass/sociology/papers/law-notes-on-ant.pdf>> Acesso em: 24/03/2010.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. Tradução Ivone C. Benedetti; revisão de tradução Jesus de Paula Assis. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MARINS, Carlos Benedito. *O que é Sociologia*. 38.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção primeiros passos; 57).

MATTEDI, Marcos Antônio; GRISOTTI, Marcia; SPIESS, Maiko Rafael; BENNERTZ, Refael. *A coperformance das ciências e da sociedade: Entrevista com Michel Callon*. Política & Sociedade. n. 14 abril de 2009.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares*. Revista Brasileira de História. v. 23, n. 45. São Paulo jul, 2003.

MUCCHIELLE, Laurent. *O nascimento da sociologia na universidade francesa (1880-1914)* CNRS – *Revue d'Histoire des sciences humaines*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 35-54. 2001.

RIBEIRO, Maria Thereza Rosa. Vargas, Eduardo Viana. *Antes Tarde do que nunca. Gabriel Tarde e a emergência das ciências sociais*, Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 2000. REVISTA DE ANTROPOLOGIA, SÃO PAULO, USP, 2001, V. 44 nº1.

TARDE, Gabriel. *Monadologia e sociologia – e outros ensaios*. Organização e introdução: Eduardo Viana Vargas; tradução Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

THEMUDO, Tiago Seixas. *Gabriel Tarde: sociologia e subjetividade*. Rio de Janeiro: Relume Dumara; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2002.